
Resumo: Este artigo objetiva analisar a relação do ensino religioso junto ao Projeto Político Pedagógico destacando a relevância de a disciplina estar incluída na grade curricular, apontando a sua identidade, o seu conteúdo e, por fim, a importância da disciplina como área de conhecimento e não apenas um momento de formação humana, pastoral ou catequese.

Palavras-chave: Educação, ensino religioso, fenomenológico, Projeto Político Pedagógico.

Introdução

O ensino religioso necessita estar inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de garantir seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos, pois tal atitude faz com que o ensino religioso tenha uma identidade clara e, assim, seja compreendido como área de conhecimento junto à comunidade escolar. Por isso faz-se necessário esclarecer o que é o PPP, bem como em que pode contribuir para a identidade do ensino religioso enquanto disciplina e a concepção de escola atualmente.

O ensino religioso e o Projeto Político Pedagógico

Atualmente, o ensino religioso tem sido foco de novos estudos, pesquisas e reflexões, por causa do artigo 33 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, alterado pela lei 9.475, de 22.7.1997, que regulamenta atualmente o ensino religioso. Entretanto sabemos que não podemos trabalhar esta temática em separado ou isolada das demais conjunturas que norteiam a escola e a sociedade num todo. Devemos, então, observar sua conjuntura: a escola, a família, a sociedade, e o ser humano, como nos recordam a Constituição Federal e a própria LDB, a identidade do processo escolar no Brasil.

Inicialmente, o artigo 1.º das Diretrizes afirma: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Essa afirmação é confirmada pelos parágrafos 1.º (“Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve,

1 Licenciada em pedagogia com especialização em psicopedagogia. Mestranda em Ciências da Religião na PUC-SP. E-mail: fatimapoli@yahoo.com.br.

2 Professor de filosofia e de ensino religioso. Licenciado em filosofia e em ciências religiosas. Bacharel em teologia, especialista em psicopedagogia, em educação, em filosofia, em catequética, em ensino religioso e em história do Brasil, com aperfeiçoamento em sociologia política e MBA em gestão escolar. Mestrando em ciências da religião na PUC-SP. E-mail: robsonstigar@hotmail.com.

predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”) e 2.º (“A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”). Tal compreensão é reforçada, ainda, pelo artigo 2.º da LDB: “A educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É impossível pensar sobre o ensino religioso dentro da identidade escolar se o mesmo não fizer parte do PPP da escola. Esse projeto deve estar vinculado à melhoria da escola, da comunidade, do aluno. Isso providenciará mudanças educativas, beneficiando toda a comunidade, pois o existir das escolas só tem sentido a partir de sua função social e educativa. É em função do social e do educativo que há sentido em existir as escolas.

O PPP deve ser implantado democraticamente no decorrer da caminhada escolar, no cotidiano da comunidade como um todo, respeitando cada momento, não devendo ocorrer por decreto, por obrigação, mas por necessidade. O mesmo quanto ao ensino religioso, que deve ser implantado não por decreto ou artigo, mas de acordo com a necessidade de cada realidade escolar, de acordo com a sua caminhada, democraticamente, a fim de garantir que não haja proselitismo nem desrespeito à religiosidade e crença de cada aluno.

O PPP tem a necessidade de estar em diálogo e atento à realidade escolar, inclusive a religiosa. Atualmente, o ensino religioso é visto como uma necessidade humana e não apenas disciplinar ou acadêmica. O PPP deve encarar o ensino religioso como parte do seu projeto educativo, reconhecendo o ensino religioso não apenas como disciplina, mas também como necessidade da cidadania.

A educação se vê obrigada a buscar meios cada vez mais atualizados a fim de oferecer condições para que o aluno descubra a si mesmo e se afirme sempre mais numa formação global. E é justamente nesse contexto que se compreende também o novo tipo de educação religiosa do aluno. Juntamente com o pluralismo cultural e ético, a sociedade brasileira, hoje, é marcada pelo pluralismo religioso, o qual se acentuou nos últimos anos, tanto no plano quantitativo quanto na variedade das formas.

Enquanto o ensino religioso for compreendido como sendo o espaço do qual as tradições religiosas se utilizam para manter o proselitismo religioso, ao fazerem da escola uma extensão da instituição religiosa, buscando novos adeptos, ou transformando a disciplina ER num cabide de empregos para seus fiéis, mantendo ou reforçando seus salários, esse tipo de atitude evidencia que não é a disciplina ensino religioso o problema. É uma questão de competência pedagógica daqueles que orientam o processo de ensino-aprendizagem na instituição.

O ensino religioso será visto com outros olhos se o mesmo for apresentado como área do conhecimento e necessidade da formação humana. Educar com solidariedade e para a solidariedade é, essencialmente, educar com os valores humanos. Só é possível compreender o ensino religioso a partir do humanismo, dos valores humanos. O ser humano não pode ser visto ou trabalhado em fragmentos, isto é, em separado, dividido, pois o ser humano é um só e deve ser visto como um todo, por isso a necessidade de uma formação integral. O mesmo vale para a educação e para o conhecimento, por isso a necessidade de incluir o ensino religioso na busca de uma formação holística e sistêmica do educando.

O profissional do ensino religioso deve estar atento ao diálogo interdisciplinar, manter um diálogo com as demais ciências e crenças religiosas. É fundamental

ter a capacidade de refletir e analisar a realidade; assim como abrir-se à dimensão ecumênica e inter-religiosa. Deve estar atento ao cotidiano da escola, tanto nas práticas pedagógicas como nas políticas educacionais.

É indispensável uma educação voltada para a religiosidade, pois nossa sociedade esta cada vez mais pluralista, ofertando espaço também para o transcendental. Temos, atualmente, em nosso meio, uma grande mudança social e cultural, podemos dizer que é um novo paradigma, portanto devemos estar atentos a fim de não cair na futilidade e na banalidade. Devemos ter um norte, uma estrada a percorrer. O mesmo vale para a escola, ela deve escolher sua estrada. Novamente se clama por reflexão e diálogo, devemos refletir e dialogar constantemente.

A escola tem tido a tarefa árdua de educar o ser humano, não só para o conhecimento, mas também para os valores humanos, para a cidadania, para a ética. Pois bem, não resta dúvida que é a tarefa mais difícil, formação é algo próprio do ser humano, entretanto poucos tiveram/têm condições de tê-la.

Em todos os seguimentos temos a necessidade de estar atentos e abertos a críticas e a inovações. Assim, também a escola e o próprio Projeto Político Pedagógico devem estar abertos e atentos, pois as críticas —negativas ou positivas— nos trazem benefícios. As relações humanas e sociais têm mais validade quando são vividas de diversas maneiras, pois sabemos que é com a prática e com a vivência que o saber e o conhecimento são, de fato, assimilados.

O conteúdo do ensino religioso deve ser fixado a partir da realidade escolar local, deve-se levar em consideração toda a comunidade e não só a opinião pessoal de um professor. Em outras palavras: os conteúdos surgem de uma maneira natural e não imposta. Entretanto sabemos que é muito difícil haver um consenso, por isso devemos evitar proselitismo e desrespeito às crenças religiosas. Dentro de uma perspectiva histórica, percebe-se que o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper) vem desenvolvendo inúmeros trabalhos e pesquisas que desenham uma nova visão sobre o ensino religioso, a qual agrada a necessidade pluralista existente na sociedade.

O ensino religioso pode e deve resgatar os valores humanos e religiosos que vêm sendo esquecidos pela escola, pela família, pela sociedade e pelo ser humano. A escola, por sua vez, deve ser um espaço onde se vive esses valores, tais como a cidadania, a solidariedade, o respeito, a confiança, a honestidade, a humildade, a amizade, entre outros. A escola deve ser um lugar de paz e tranquilidade, onde o conhecimento e a educação seja um prazer. Mas isso é tarefa de todos e não só do ensino religioso. As demais disciplinas e seguimentos escolares devem assumir essa responsabilidade também. Um educador não é só um agente curricular que transmite conhecimento, antes de tudo é um agente transformador da realidade sócio-política-econômica, onde se encontra inserido o aluno destinatário da formação, e, também, não deixa de ser um formador de opinião, um agente sensibilizador.

A tarefa do ensino religioso na escola, certamente, é libertar, não controlar, dominar, manipular, conforme vemos em muitas escolas. O professor se aproveita, muitas vezes, deste espaço, desta aula, para formar uma moral ou estabelecer regras de etiqueta. Isso acontecia muito, veladamente, no tempo em que a avaliação tinha como objetivo o controle social, quando, então, se fazia uma seleção, manipulava-se a pessoa para pensar e ser o que a sociedade queria e não o que ela desejava pensar ou ser.

Os temas transversais podem e devem ser trabalhados pela disciplina ensino religioso, mas não é responsabilidade apenas sua, as demais disciplinas devem as-

sumir tal responsabilidade juntas na formação do ser e na construção da cidadania. Destacamos que ensino religioso é diferente de pastoral e catequese. Isso deve estar claro no PPP. Se confundirmos ensino religioso com pastoral ou catequese, certamente estaremos dando espaço para a discriminação religiosa, o que não convém para a escola e para a sociedade.

Sabemos que as políticas públicas educacionais interferem, muitas vezes, na realidade escolar, portanto devemos ter clareza escolar e sensibilidade humana e educacional a fim de não aderir às propostas neoliberais que circulam na sociedade. Um bom exemplo é o fato de a escola existir bem antes do capitalismo. Contudo seu papel muda radicalmente em virtude de esse sistema político-econômico poder influenciar a vida humana e a sociedade em geral. Assim também muda a escola, cuja formação passa a ser não só para a pessoa humana, mas também para o mercado de trabalho, que valoriza a mão-de-obra e não a pessoa humana.

O sentido da educação passa pelo sentido da vida. Desse modo, o sentido que se der à vida será o mesmo dado à educação. Portanto, é fundamental que estejamos atentos à realidade e reflitamos sobre a mesma a fim de garantir uma boa caminhada pelo árduo caminho que temos de enfrentar.

A partir de uma abordagem antropológico-filosófica que reconhece o fenômeno religioso como decorrência de sua propriedade humana, de sua condição existencial, partindo para uma abordagem mais específica e de nossos interesses de ordem pedagógica, podemos dizer que o específico do transcendental, para o ensino religioso, é ajudar o aluno a posicionar-se e a relacionar-se da melhor forma possível com as novas realidades que o cercam.

O ensino religioso é, portanto, uma questão diretamente ligada à vida e que vai refletir no comportamento dos cidadãos, para o qual orienta a sua ética. “Toda religião comporta uma ética e toda ética desemboca numa religião, na mesma medida em que a ética se orienta pelo sentido do transcendente da vida humana” (Catão, 1995, p. 63). É necessário propor uma ética da consciência e da liberdade em lugar da ética da lei e da obrigação. Na raiz do *ethos*, como contempla o ensino religioso, está a busca da transcendência que dá sentido à vida, que proporciona a plena realização do ser humano pessoal e social.

Considerações finais

O ensino religioso deve ter uma proposta pedagógica clara, objetiva e coerente com a realidade escolar, a fim de garantir vínculo com o PPP escolar. Por sua vez, o PPP deve estar atento a cada momento da realidade social e da realidade local da comunidade, pois tanto a vivência como a prática são consideradas como chave de uma boa escola. Já que a escola mantém constante diálogo com o seu meio social, sua construção não é individual, mas coletiva.

Bibliografia

- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB: passo a passo*. São Paulo: Avercamp, 2003.
- CARON, Lurdes (Org.) e equipe do GRERE. *O ensino religioso na nova LDB. Histórico, exigências, documentário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CATÃO, Francisco. *O fenômeno religioso*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- FERNANDES, Maria Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso? Sua identidade própria em contraste com a catequese*. São Paulo: Paulus, 2000.
- FIGUEIREDO, Anísia. *Ensino religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FONAPER. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso*. São Paulo: Ave-

- Maria, 1997.
- GONÇALVES, Tarcizo. *Ensino religioso e formação do ser político. Uma proposta para a consciência de cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRUEN, Wolfgang. *O ensino religioso na escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *O "ensino religioso" na escola pública*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 1976.
- JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLENIKI, Marilac Loraine R.; DALDEGAN, Viviane Mayer. *Encantar: uma prática pedagógica do ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VIESSER, Lizete C. *Um paradigma didático para o ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 1994.